

Estruturas para a paz em África

África tem sido apontada como o continente da conflitualidade endémica, no qual a existência de questões identitárias fortes, nomeadamente em torno das divisões étnicas, teriam conduzido à existência generalizada e perpetuação de conflitos violentos.

No entanto, a simplificação enganadora desta perspectiva desvia-nos de uma constatação fundamental: a de que as causas dos conflitos são diversificadas, radicando numa complexidade de factores de ordem histórica e sociológica.

Genericamente, os actuais conflitos, na sua totalidade intraestatais, têm no seu cerne a questão da luta pelo poder, sendo que o poder político é na maior parte dos casos indissociável do controlo económico de redes ou de recursos naturais que assegurem benefícios para grupos sociais específicos.

A utilização da violência armada como meio de acesso e de controlo do poder é, em si mesma, um reflexo de um falhanço dos mecanismos de regulação social, ou seja, de uma crise profunda da sociedade e do Estado.

Esta crise reveste-se de uma multiplicidade de elementos, como o exercício autoritário do poder, a fragilidade das instituições estatais democráticas, a existência de desigualdades extremas na distribuição de riqueza ou a discriminação política e económica de determinados grupos (por exemplo étnicos) por parte das elites no poder.

Face a este cenário, assistimos, porém, nos últimos anos ao surgimento de dinâmicas positivas, que correspondem a uma mudança dos padrões de atuação no que respeita à gestão e resolução de conflitos no continente.

Em primeiro lugar, a União Africana, criada em 2002 em substituição da OUA, está actualmente a apostar numa abordagem mais pragmática e menos ideológica do que a sua antecessora, pretendendo claramente assumir a gestão e resolução de conflitos como campos privilegiados de acção. Nesse sentido, estão em fase de constituição uma série de órgãos e mecanismos, tais como o Conselho de Paz e Segurança (CPS), unidades regionais que deverão no futuro integrar um Sistema Continental de Alerta Antecipado, ou ainda uma força militar de prevenção ("African stand-by force") com cerca de 15 mil efectivos, que poderá ser mandatada para intervir em qualquer conflito africano através de uma maioria de dois terços dos Estados membros. O balanço positivo da actuação da primeira missão de paz da UA no Burundi suscita algum optimismo para o futuro, se forem, entretanto, ultrapassados os graves problemas de sustentabilidade financeira actualmente existentes.

Em segundo lugar, verifica-se um investimento considerável na capacitação institucional e técnica de algumas organizações regionais, cujo papel na mediação e resolução de conflitos se apresenta cada vez mais forte. Ao nível das iniciativas politico-diplomáticas, saliente-se o processo de paz na Somália e no Sudão (mediados pela principal organização de integração regional na África Oriental - a IGAD) ou as múltiplas missões diplomáticas e reuniões realizadas na África Ocidental sobre o conflito na Costa do Marfim ou na Libéria (promovidas pela Comunidade de Estados da África Ocidental - CEDEAO).

Finalmente, saliente-se, no último ano, uma melhor combinação entre as acções de intervenientes nacionais, regionais e internacionais. A actuação das Nações Unidas tem-se desenrolado por várias vezes numa fase posterior à imposição da segurança por forças regionais com mandatos de curta duração, sendo os efectivos africanos absorvidos na missão internacional de paz. Tal aconteceu em 2003 na Libéria e já este ano na Costa do Marfim e no Burundi, permitindo colmatar as limitações financeiras das forças regionais e resolver simultaneamente o problema da lentidão na implementação das forças da ONU no terreno.

* Patrícia Magalhães Ferreira - Investigadora, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI)